

Said, a língua e a liberdade

António Cabrita¹

1

O primeiro livro de Edward Said que frequentei foi o seu póstumo *Music at the Limits*, na tradução espanhola, que reúne todos os seus ensaios sobre música. Entrei por uma porta lateral ao *Orientalismo*, que lhe deu fama. E agarrou-me logo, para além do domínio técnico com que ele comenta a Ópera, uma paixão de Said, o modo justo como se refere a Luciani Pavarotti, que, ao contrário do que a *vox populi* julgaria, arruinava os tablados líricos com a sua voz de alcatrão:

Existe uma sólida possibilidade de que alguns artistas sintam a tentação de perseguir fama e reputação, seja qual seja o custo que isso suponha para a sua integridade artística. Ainda que fosse ridículo tratar de converter um talento medíocre num Luciano Pavarotti ou num Itzhak Perlman, há bons motivos para supor que ambos se converteram em super-estrelas sacrificando os matizes e os refinamentos que outros intérpretes menos “exitosos” terão conservado com obstinação. (Said, 2010, p. 86, tradução minha).

Depois, as páginas brilhantes sobre Glenn Gould cativaram-me. Foi como esteta que Said me conquistou e acabei por ler-lhe meia dúzia de rajada. Há uns dias, quando vi que Joe Biden, em Israel, declarava o seu apoio a um Estado palestino, lastimei que Said tivesse morrido antes de tempo. Contudo, a mesma semana não terminaria sem um desgosto. Paulina Chiziane, numa entrevista no Brasil, onde se deslocou para a Feira do Livro de São Paulo de 2022, referia-se desdenhosamente ao Prémio Camões, que lhe foi atribuído, adoptando este tom: “O Prémio Camões não é para pretos!”. Declaração infeliz, e não é por ser “politicamente incorrecta”, afinal a questão que a autora coloca na entrevista até parece ter sentido:

Gostaria de entender um pouco mais o que aconteceu, qual é a razão de durante todo esse tempo nunca ter aparecido ninguém com pele negra a vencer e qual

¹ Professor de Dramaturgia na Universidade Eduardo Mondlane. Entre os livros mais recentes destacam-se: *Fotografar contra a luz* (2020); *Dick, o cão da minha infância* (2020); *A Paixão segundo João de Deus* (2019); *Éter* (2015); *A Maldição de Ondina* (2013). Como tradutor, realça-se a sua antologia de poesia hispânica, *As Causas Perdidas* (2020).

foi a razão dessa mudança. Será que não havia nenhum negro que soubesse português? São questões sem resposta.²

Não fora Paulina, demagogicamente, deslocar uma generalidade – o racismo existe – para um orbe que exige habilidades e competências arreadias à presença de qualquer viés étnico, escamoteando com isso que a resposta à sua questão talvez comece nos efeitos perniciosos de uma política de educação no seu país que tem como reflexo esse e outros fracassos. Pode, de um modo global, a rede institucional associada à literatura (os mecanismos de valorização, de divulgação e de distribuição dos livros no espaço da língua portuguesa) ser permeável a funestas influências extra-literárias? Pode, mas como professor em Moçambique há 17 anos, incomodou-me que a autora de *Niketch*, que sempre se manteve alheada da insalubre atmosfera cognitiva que debilita quaisquer hipóteses de conseguimentos no tecido universitário do seu país, critique, no exterior, o que silencia em casa. Daí que talvez seja útil e pertinente falar da minha experiência como educador, no país que é o dela.

Paralelamente ao meu trabalho na Universidade Eduardo Mondlane, como docente de Dramaturgia, nesses últimos dois anos colaborei como assessor literário de uma ONG – a FEC (Fundação Fé e Cooperação), associada à Igreja Católica – num programa que tinha o seu foco na promoção da leitura. Nesse âmbito, trabalhámos com vinte e cinco escolas da área de Maputo, Boane e Macia; para além de ter ido por duas vezes à Beira – onde havia uma extensão do mesmo programa, mas agora com parceria da Fundação Calouste Gulbenkian – com o objectivo de dar, em modo intensivo, formação a professores de cinco escolas locais.

O nosso método era simples: entregámos a cada escola um *tchova*³ com cerca de quarenta livros infanto-juvenis e um baú com brinquedos pedagógicos e orientávamos três formações, no fito de tentar entusiasmar os professores para a leitura e de lhes darmos novas ferramentas para, mantendo sempre os livros como esteio, eles poderem criar nas aulas um novo ambiente lúdico-pedagógico que galvanizasse os alunos na prática da leitura e da escrita.

Como um dos objectivos era igualmente a sensibilização para uma educação de formato mais holístico, as nossas referências eram plurais, da

² Conferir: <<https://www.karingana.co.mz/desabafa-paulina-chiziane-atraves-de-uma-antologia-premio-camoes-nao-e-para-pretos/>>

³ Carroça rudimentar feita de uma chapa metálica sobre rodas e movida por tração humana, cujo nome deriva do verbo tchovar (empurrar).

antropologia à filosofia para *crianças*, cruzando igualmente os preceitos de “uma educação para a empatia” com a necessidade de assegurar uma maior consciência quanto aos direitos e necessidades básicas do desenvolvimento da criança. Mas, para além do paleio teórico, o que mais importava era o segundo módulo, no qual apresentávamos um modelo com vinte e três exercícios que permitiam fazer da escrita e da leitura um jogo e um prazer e que, entre outras valências que aproximavam a escrita de uma experiência pluri-sensorial, funcionava como um manual para se adaptar ao teatro infanto-juvenil alguns dos livros que havíamos doado.

O nosso público-alvo era os professores do 1º ciclo até à sétima classe.

Trabalhei nesse programa, entre março de 2020 e julho de 2022. No contacto inicial com os professores, pedindo-lhes que me contassem a história do livro que mais os havia marcado (curiosamente, o nome mais mencionado era o da Paulina Chiziane, seguido do de Mia Couto; com alusões esporádicas a Ungulani, ao Craveirinha e ao Luís Bernardo Howana; os mais, novos e velhos, eram-lhes simplesmente desconhecidos), verifiquei que a abstenção para a prática da leitura era quase total – o que se confirmava meses depois da oferta da pequena-biblioteca quando voltávamos à escola para a nossa segunda formação e um longo silêncio se seguia à minha pergunta sobre qual livro haviam gostado mais dos que tínhamos oferecido; apesar de lhes ter sido pedido que lessem pelo menos um deles para o resumirem no início da segunda formação.

Mas foi na Beira que me senti abalado pelo flagrante de uma deficiência conceptual que até aí – dado estar diante de professores – era-me impensável considerar.

De comum, começo as formações dedicando quinze minutos a um exercício escrito pelos formandos. Peço-lhes que redijam *um retrato pessoal, mas como se escrito pelo seu pior inimigo*. O carácter algo dissonante, dir-se-ia paradoxal, do exercício provoca sempre pedidos de esclarecimento. Porém, na Beira, na segunda cidade do país, na semana de 17 a 21 de junho de 2021, como usei outros termos para o enunciado, de repente, evidenciaram-se-me dificuldades de uma outra natureza. Pedi-lhes: “Redijam um retrato vosso, mas sob o *ponto de vista* do vosso pior inimigo.” A dificuldade declarada, desta vez: a maior parte dos professores não sabia o que era um “ponto de vista”.

Como nas aulas recorria à multimédia, fui nesse mesmo momento catar à net algumas ilustrações divertidas que explicavam o conceito e projectei-as na tela, para lhes ser mais rápida a assimilação; e, depois de quinze minutos a desenvolver

e a discutir com eles vários outros exemplos para o tópic, considere a explicação encerrada, e os formandos passaram à elaboração do exercício. Metade deles, ainda assim, falhou estrondosamente o objectivo.

O exercício do “autorretrato em modo adversativo” permite identificar questões muito simples: a capacidade do formando para a *autoscopia*, i. é, para se observar e manifestar ponderação e objectividade quanto ao seu comportamento; a sua capacidade descritiva e também a sua imaginação, pois, se eu não o conheço, o que o impede de forjar um retrato falso e fantasioso?

Mas percebi, na Beira, pelo negativo, que outras “minudências” se desenhavam nessa debilidade estrutural do discernimento quanto à análise e ao recuo necessário ao reconhecimento de si:

- a) Manifestava-se o peso e a manifesta predominância do pensamento colectivo sobre “os riscos” da subjectividade individual;
- b) uma dificuldade acrescida para se ser genuinamente sensível aos problemas do *género*, ou das minorias;
- c) que o “o outro”, na sua generalidade, é ainda encarado como um ser-destinado-à-fusão e não como um ser legitimamente autónomo e com pleno direito a um ponto de vista exterior e diferente ao “nosso”, ao da maioria;
- d) que, se é tão complicado de integrar na pauta do bom-senso colectivo a noção de *ponto de vista*, e tendo em conta o *status quo*, o debate político autêntico e democrático é ainda uma miragem longínqua em Moçambique. Sobretudo se entendermos a subjectividade como justamente a definiu Peter Sloterdijk: “Ser-‘sujeito’ significa tomar uma posição a partir da qual um actor pode passar da teoria à prática [...] Designa-se assim o facto de o indivíduo ter um poder de co-decisão na edificação da instância que o pode comandar.” (Sloterdijk, 2008, p. 29, sublinhado meu); dado ser precisamente dessa hipótese, a qual caucionaria uma reversibilidade dos mecanismos da autoridade das instâncias piramidais, que o poder se defende ao disseminar os mecanismos que tornem incómodo ser assertivo.

Como o assunto é sério e não se trata de uma blague, atalhando no cepticismo, transcrevo algumas respostas aos exercícios, não identificando evidentemente os professores (repita-se: de 1º ciclo até à sétima classe). Quanto aos exercícios, transcrevo-os tal e qual, com a sua confusa formulação, a sua enublada topologia de personagens, os erros de ortografia e sintaxe.

Exercício n. 1 do *retrato pelo inimigo*:

A MENINA JAULA:

A Jaula é uma menina simpática, estudiosa e corajosa.

Ele vive lendo livros, fazendo poesias e contando histórias para pessoas próximas a ela, é meio baixinha, gordinha, escurinha e sorridente, com uma cara redonda, olhos azuis, um nariz arredondado, lábios finos, e tem dentes brancos e brilhantes. Gosta de trançar cabelo natural “o volgo Likiweketa”, o vestuário preferido dela é vestido e sapato raso.

Exercício 2:

Tive uma amiga na escola que chama-se Maria Altina, em que até os nossos pais acabaram sendo melhores amigos, através de nós.

Um certo dia fiquei doente não consegui ir a escola, a minha amiga esta la sozinha, e os outros questionaram; porque está sozinha a tua amiga, não veio a escola porque ela é uma ladra incrível incluindo a sua família, levou uma boa sova e não conseguiu vir a escola, por isso ela não merece ser sua amiga.

Exercício 3:

Uma certa senhora que se aparentava ser uma boa pessoa.

Um dia, ela viu duas pessoas paradas a falarem mal de mim.

Num Belo dia quando ia ao serviço encontramos-nos e informou sobre o que havia acontecido.

Eu disse que não estou preocupado com o que as pessoas pensam ou falam de mim.

Na verdade, ela foi processando e vivenciando os factos e acabou concluindo e descoberto que na verdade eu não tinha problemas com as tais pessoas.

Começou me aproximando e fomos amigas por um período de tempo.

A amizade foi mais forte e com o andar do tempo vi que a amiga que tanto dizia ser amiga era má e amargurada pelos comportamentos que vinha me apresentando.

Aos poucos comecei a me distanciar da amiga devido aos actos.

Hoje ela já fala mal de mim, com aquelas que se aparentavam ser as más pessoas.

Conclusão do caso: A amiga foi boa porque algo queria obter do meu lado.

Por fim, eu descobri e eliminei logo que possível.

Exercício 4:

o meu ponto de vista é que em alguns casos ela põe-se de mais sabio nas actividades do processo de ensino e a aprendizagem, sem saber que há momentos em que eu tenho dificuldades, neste caso preciso de ajuda para tirar as minhas dúvidas acaba por me ignorar.

Exercício 5 (que demonstra como a pressão do colectivo desautoriza qualquer atrevimento assertivo, levando o docente a escudar-se atrás de um retrato arquetípico, o de Samora Machel):

RETRATO POSITIVO

Homem coerente, dedicado, patriótico. Carismático e inteligente. Homem com discursos unificadores, únicos, directo, audacioso, aprumado, íntegro e grande combatente pela causa do seu povo.

Jurou defender o seu povo, sua pátria, seus ideais. Grande pastor do gado bovino, um homem da enfermagem que com zelo e dedicação assumiu os primeiros destinos do país. 11 anos fez a sua pátria e nunca mais e ouviu a sua voz.

RETRATO NEGATIVO:

Homem rigoroso, chato, exigente, com discursos ameaçadores aos seus colaboradores.

Homem destemido pela sua bravura de combate à corrupção, abuso de poder e enriquecimento ilícito.

Exigente no trabalho colectivo e responsabilidade demasiada.

Homem directo e duro nas suas decisões.

Pobre vaidoso, orgulhoso e teimoso.

Noutro exercício, pedi-lhes apenas que se lembrassem das fábulas orais ou que recorressem às que constavam dos livros que havíamos dado às escolas (cuja metade corresponde a fábulas reinventadas por escritores moçambicanos actuais), para que me resumissem aquela que mais lhes tinha agradado.

Exercício 1:

Era uma vez uma gatinha e um gatinho incarnado. Um belo dia a gatinha sai um pouco para caminha pelo deserto perto da sua aldeia, pelo caminho encontra uma bela gatinha incarnada. Ela tão admirada e intusiasmada grita com uma voz alta mãe, irmãos venha cá ver isto. Todos na corrida vierão en contro dela para ve-lo afinal de com to o que se paça? Pergunta a mãe e ao irmão ao mesmo tempo e ai se fez ela amiga da ratinha e feliz ela fico.

Exercício 2:

Era uma vez ratinho e o gato resolveu ficarem junto a andando do tempo. O gato fica prenha do gato e pariu um gatinho muito feio e ratinho disse o gato olha gatinho feio como o ratinho, o gato disse eu sou bonito esse ratinho não parece comigo que pena ratinho. Onde buscou esse ratinho branco com o sol?

Exercício 3:

MACACO E COELHO /ERA O TEMPO DA SECA

Macaco e o coelho e outros animais reunirão-se para abrir um poço o coelho de esperto ragetou. Macaco e os outro abrirão o poço, no dia seguinte o coelho voltou a buscar água depos de encher a sua lata entro no poço tomou banho e sujou toda água foi-se embora.

No dia seguinte de costume encheu a sua lata e entrou de novo no poço ele não saboa que já avia macaco de guarda.

Fica documentado porque é que metade dos meus alunos de teatro, quando chegam à minha disciplina, no terceiro ano da universidade, querem “inventar” a ortografia e sintaxe e, antes de aceitar qualquer regra, evocam “o direito a uma particularidade moçambicana”, ou porque soletram aflitos quando lhes peço para lerem em voz alta, sem qualquer fluência na leitura.

Esse problema, grave, derivará, entre outros motivos, do erro histórico que foi prescindir-se de qualquer língua autóctone para o ensino primário, quando apenas 18,7% de sua população (INE, 2019) têm o português como língua mãe. Lembremos que Moçambique é um imenso território onde se falam vinte e duas línguas autóctones, de raiz bantu, e que o português, a língua oficial, de unificação, é, para a maioria, uma segunda língua, num contexto em que ainda é tímido um modelo bilíngue de ensino; o que leva a que muitas crianças tenham o primeiro contacto com o português no “impróprio” momento em que têm de absorver conteúdos escolares numa língua que não dominam.

Admira que, logo no prefácio do documento que legitima o PNALE (Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita,⁴ que se iniciou em 2017, como uma política de Estado vinculada ao Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano), o primeiro ponto ressaltado pelo documento seja, justamente, o “insucesso escolar” observado entre os alunos moçambicanos?

Nos últimos dez anos, tem-se agravado a pouca preparação com que os alunos chegam à universidade, numa simetria que coincide com a relação directa entre a idade dos alunos e os dezanove anos em que o país esteve literalmente sem receber um livro, por causa da guerra civil movida pela Renamo. Todas as livrarias que havia fora de Maputo fecharam, as estruturas montadas para a distribuição de livros no país foram abaixo e o circuito comercial ainda não foi repostado (a única

⁴ Disponível em:

<https://www.joint.org.mz/public/assets/documentos/c2a6e333919693b508262e599a2a0b4b.pdf> .

(Acesso em: 29/07/2022).

distribuidora no país para os livros técnicos foi obrigada a fechar, em 2022, entre outros motivos, por causa dos atrasos com que as universidades e instituições públicas pagavam os livros requeridos); as bibliotecas, quando existem, são muito pobres. Daí que aconteça haver alunos que, vindos das províncias, quando chegam a Maputo, confessem nunca ter manuseado um livro físico, pois estudaram por sebatas e fotocópias; que um *best seller* no país venda 200 exemplares (num país com quase trinta milhões de habitantes). Sem um hábito de leitura respaldado numa prática diária, é difícil que, na universidade, se esforcem por ler muito mais, e, sem leitura, não há escrita.

É esta a situação que seria preciso lembrar à escritora Paulina Chiziane, que, aliás, nunca interrogou publicamente por que é que o colonialismo no seu país “gerou”, como reacção, duas poetisas de nomeada, a Noémia de Sousa e a Glória de Sant’Anna, e o país independente levou quarenta anos para voltar a ter na poesia vozes femininas de algum valor (três). Não será inesperado? A própria Paulina que, na primeira parte da sua obra, esboçou uma das condições que Edward Said traçou para a emergência de uma vocação intelectual – sagrar “um tipo de contramemória” (Said, 2004, p. 142) –, quando desfraldou a sua justa bandeira contra o patriarcalismo, tendo sido por isso estigmatizada, depreciada, por alguns dos seus colegas escritores, *machos*; inflectiu, em seguida, o seu “lugar de fala” para uma cruzada de reforço da identidade étnica com resultados, em minha opinião, menos ricos.

Como explica Said, com meridiana clareza:

A política do conhecimento que se baseia principalmente na afirmação da identidade é muito semelhante – na verdade, está directamente relacionada – ao nacionalismo não reconstruído que orientou tantos estados pós-coloniais de hoje. Ela afirmou uma espécie de separatismo que quer apenas chamar a atenção sobre si mesmo (...). Todo o esforço para desconstruir o eurocentrismo não pode ser interpretado – muito menos por aqueles que participam da empreitada – como uma tentativa para substituí-lo pelo afrocentrismo ou islamocentrismo. *Por si mesma, a particularidade étnica não ajuda o processo intelectual, muito pelo contrário.* (Said, 2009, p. 124, sublinhado meu)

Mas, já que reivindica irreais, por que se demitiu Paulina Chiziane de usar a sua voz pública para exigir melhores condições para o incremento da literatura e a criação de um mercado interno que permita a formação de um público leitor no seu país? Sem isso, não brotam escritores.

Defendeu Edward Said, em *A Pena e a Espada*, um livro de entrevistas publicado no ano da sua morte, que muitas das ideias do humanismo europeu foram bebidas na *adabiya*⁵, tradição da cultura al-andaluz, e lembra que essa influência não dizia apenas respeito “ao conhecimento em si, mas também em relação ao ambiente necessário para o conhecimento, onde o questionamento, a oposição e a argumentação estavam na ordem do dia” (Said, 2012, p. 32). Essas condições de possibilidade ainda não se proporcionam em Moçambique, onde, como em todos os países de “democracia iliberal” e de moldura política tendencialmente autocrática, instala-se um clima social com propensão a considerar que o conhecimento está desligado de qualquer efeito prático consequente, reduzido a uma dimensão de heteronomia técnica, o que lhe esvazia a vitalidade de qualquer debate, do calor habitual a uma sã partilha das dissonâncias. A questão concerne ao horizonte epistemológico que se engendra neste regime, ao tipo de educação que a paisagem social e política permite ou constrange; depende da exigência colocada na virtualidade do conhecimento considerado como ingrediente para o desenvolvimento humano, e não apenas como item tecnológico, tal como dos cuidados com a manutenção da língua que partilhamos.

Aliás, contrariando a escritora, nos últimos anos, o Prémio Oceanos foi arrebatado por não caucasianos, concedido a uma negra, a luso-angolana Djaimilia Pereira de Almeida, um mestiço, Itamar Vieira Junior, e a um maubere, Luís Cardoso de Noronha; o Prémio Nobel do ano passado foi parar a Abdulrazak Gurnah, um negro; recentemente, o moçambicano David Bene, negro, que estuda no Japão, ganhou o Prémio Vasco Graça Moura da Imprensa Nacional Casa da Moeda, em Portugal.

Tem sido muito mais justa e plural a biodiversidade dos laureados nos prémios literários. E que tinham, afinal, esses não caucasianos premiados de diferente? Beneficiaram de uma melhor educação, a que aliaram a disciplina de trabalho e a imaginação. Tudo o que, associado a uma prática continuada de leitura, faz um escritor.

É verdade que a entrevista foi no Brasil, país onde o racismo e as demandas identitárias, nesses tristes anos de bolsonarismo, têm-se exacerbado (teria sido uma mensagem virada para dentro das próprias instituições literárias brasileiras?), mas, nos júris dos prémios de língua portuguesa, têm participado académicos e

⁵ Do árabe أدب (adab), termo que se refere a erudição e etiqueta cultural de modo geral (nota dos editores).

escritores idóneos e de todos os quadrantes e países. É intolerável a suspeita e a má-fé que Chiziane lança sobre os jurados.

As declarações de Paulina alinham, por outro lado, num tom geral de um “nacionalismo eufórico” (Said, 2009, p. 186), propício à busca de um integrismo étnico que se projecta como uma espécie de protecção contra as ameaças neo-coloniais (fantasmáticas ou reais) e que tantas vezes funciona como ecrã, como uma última prega ideológica usada para iludir o desacerto de algumas políticas institucionais internas. Há cerca de um mês, o engenheiro e escritor Álvaro Carmo Vaz, de comum cordato, indignava-se contra isso na página do seu Facebook:

FARTO DE FALSIDADES

Tem estado a decorrer uma grande conferência científica, co-organizada pelos ministérios do ensino superior e das principais universidades de Angola e Moçambique para comemorar os 60 anos de ensino superior nesses dois países. Ainda esta manhã, participei num excelente painel, na companhia dos meus colegas e amigos de longa data, Prof.^{as} Teresa Cruz e Silva, Alda Costa e Profs. Narciso Matos e Mouzinho Mário.

Mas se tivesse lido o jornal *Notícias* de hoje, logo pela manhã, não teria ido ao painel, ter-me-ia recusado. A notícia da primeira página do *Notícias* tem o título “PR defende diversificação em prol da empregabilidade”. No penúltimo parágrafo, está escrito:

“O cenário de 1975 aponta que, dos 2433 inscritos, cerca de 40 eram de nacionalidade moçambicana e, nesse mesmo período, não havia nenhum docente nacional”.

Para mim, isso é uma enorme falta de respeito, magoou-me. Não do PR, que não tem os dados nem tem obrigação de os conhecer. Mas de quem lhe disse ou escreveu no seu discurso que havia 2433 estudantes e NENHUM DOCENTE NACIONAL. Eu já era docente na universidade desde outubro de 1971. Fernando Ganhão, reitor desde 6 de janeiro de 1975, não era docente nacional? O Dr. Fernando Vaz, docente da Faculdade de Medicina há quatro anos em 1975? Ou Eng. Joaquim André Nunes de Carvalho, já doutorado em 1975, que até foi Secretário de Estado do Ensino Técnico? O Eng. Eugénio Altamira Vaz, já docente, desde 1972? O Eng. Luís Gonzalez, docente desde 1970? A Eng.^a Ana Gouveia, docente desde 1974? Outros haverá, certamente, podia tentar rebuscar na memória.

Já estou farto desta constante repetição de falsidades de gente ignorante ou, pior, mal-intencionada. Que diabo, se não sabem, perguntem a quem sabe, consultem os arquivos.

Carmo Vaz alude à gradual racialização dos discursos oficiais, que, em todas as áreas, procura apagar a memória de tudo o que não seja bantu (memória,

cujos resíduos seriam considerados “a fonte da maioria dos problemas”), e de que as declarações de Chiziane são um reflexo infeliz.

Contra isso, já prevenira Edward Said, em muitos textos, tal como neste excerto de *A Pena e a Espada*:

Em muitos dos meus textos recentes, oponho-me à ideia, presente em muitas das agendas intelectuais e políticas dos oprimidos, de que, quando chegassem ao poder, iriam descontar tudo nos outros. Isso é absolutamente contrário à ideia de libertação. É como se parte do privilégio de vencer fosse o direito de descontar nos outros. Vai directamente contra a razão da própria luta; não posso dizer que concordo com isso. Esta é a outra armadilha do nacionalismo, ou do que Fanon chamava a “armadilha da consciência nacional”. Quando esta se torna um fim em si mesma, quando uma particularidade étnica ou racial ou a “essência” nacional, em grande medida inventada, vira a meta de uma civilização, cultura, ou partido político, você sabe que esse é o fim da comunidade humana e que estamos diante de outra coisa. (Said, 2013, p. 79)

O problema não se coloca apenas na forma como o outro nos lê, mas igualmente no modo de nos apegarmos ao perímetro que o outro traçou para nós – Paulina Chiziane está refém da “síndrome de Estocolmo”, ao adoptar, numa simetria patológica, as representações inculcadas pela “epistemologia do imperialismo” (Said), e que têm como consequência o que o ensaísta discriminou:

Em seu cerne, está a tese obstinada de que todos são, principal e irredutivelmente, membros de alguma raça ou categoria, e que uma raça ou categoria jamais pode ser aceita por outros – exceto como ela mesma. Assim surgiram essências inventadas tais como a orientalidade ou o britanismo, o africanismo ou o americanismo, como se cada uma delas tivesse a retaguarda de uma idéia platônica que garantisse sua pureza e imutabilidade do começo ao fim dos tempos. (Said, 2009, p. 112)

Convém que nunca nos esqueçamos de que cada cultura favorece um tipo de desenvolvimento cognitivo e um aparelho perceptivo específico. Mas há situações históricas em que certas culturas entram em entropia e barram, numa espécie de suicídio colectivo inconscientemente preparado, quaisquer perspectivas para o seu futuro – e esse desnorte começa invariavelmente no desfoque com a educação e a sua língua de manutenção.

Contava o pintor Roberto Matta sobre a sua visita a Mondrian, em Nova Iorque: ao chegar ao atelier, cruzou com uma senhora que de lá saía; Mondrian recebeu-o e preparou-lhe um chá.

Era um homem taciturno e solitário, de óculos. Matta pelo seu lado – alegre e expansivo – deu-se conta de alguma perturbação no mais velho e pediu-lhe que lhe explicasse as razões.

- É por causa da mulher que acabou de sair – disse-lhe Mondrian – pôs-se a perguntar, por que há tantas linhas rectas nos seus quadros?

Matta não disse nada. Então perguntou-lhe Mondrian, ansioso:

- Onde vês tu, essas linhas rectas nos meus quadros? (Carrière, 1994, p. 213, tradução minha)

É Jean-Claude Carrière quem evoca essa história inesquecível. E conclui: trata-se de uma história exemplar que podemos aplicar perfeitamente ao cinema. Que é que Fellini não vê nos seus filmes que outros, sim, veem? E Kurosawa? E Bresson? E Kubrick?

Pelo meu lado, acho que se aplica a todos os campos. Qual o ponto cego para si mesmo, em todos os criadores e *em todas as culturas* e que cria uma espécie de “síndrome de Mondrian”?

O que é invisível para Paulina Chiziane na sua própria cultura, cujas raízes ela só vê nos outros?

2

A citação que se segue, de Edward Said, é tão longa como relevante:

O que estou tentando dizer pode ser resumido na útil noção de *mundialidade*. Quando se ligam obras entre si, elas são tiradas do esquecimento e da posição secundária à qual – por todos os tipos de motivos políticos e ideológicos – foram condenadas anteriormente. Portanto, o que estou propondo é o oposto do separatismo e também o reverso do exclusivismo. É somente por meio do escrutínio dessas obras enquanto literatura, como estilo, como prazer e iluminação, que elas podem ser, por assim dizer, recolhidas e mantidas. De outro modo, serão consideradas apenas espécimes etnográficos informativos, apropriados para a atenção limitada de especialistas na área. A mundialidade é, portanto, a devolução dessas obras e interpretações ao seu lugar no cenário global, uma reintegração que não pode ser realizada pela apreciação de minúsculos confins, constituídos de modo defensivo, mas da grande casa de muitas janelas da cultura humana como um todo.

Parece-me absolutamente essencial que nos empenhemos com obras culturais desse modo interessado e não provinciano, ao mesmo tempo que mantemos um forte senso da disputa por formas e valores que qualquer obra cultural decente encarna, realiza e contém. [...] Estou dizendo que, se concedemos ao trabalho intelectual o direito de existir numa atmosfera relativamente

desengajada e lhe damos um status não desqualificado pela militância, devemos então reconsiderar os laços entre o texto e o mundo de um modo sério e não coercitivo. Longe de repudiar os grandes progressos feitos quando o eurocentrismo e o patriarcado começaram a ser desmistificados, o que devemos é consolidar esses avanços, utilizando-os para obter um melhor entendimento do grau em que a literatura e o gênio artístico pertencem ao mundo – e fazem parte desse mundo – em que todos nós também fazemos outros tipos de trabalho. (Said, 2009, p. 126, sublinhados meus)

De que fala Edward Said aqui? Creio que do que Édouard Glissant chama o *Tout-monde*: “le formidable intertissage humain des langues de tous les temps” (Jouffroy, 1995, p. 19) e do que José Craveirinha insinua nesta crónica de *Contacto* e que tende a esquecer-se:

Trata-se muito simplesmente de não abdicar de uma cultura indígena, nem renegar uma corrente europeia, quando de tal enxerto pode surgir uma beneficiação integral na riqueza do ritmo expressional duma forma literária. Desse princípio, surgiu o grito do poeta Senghor, do Senegal: “Porque não unir as nossas duas claridades a fim de suprimir todas as sombras [...]”. (Craveirinha, 1999, p. 8)

Portanto, integrar e dignificar as literaturas nacionais na pauta mais vasta da LITERATURA, rearrumando naturalmente o mapa desta, tendo em conta a necessária legitimação das novas visibilidades emergentes. E, face a essa exigência mais plural, reenquadrar os novos clássicos, chegados das regiões pós-coloniais, sem perder de vista o conteúdo e a importância dos canonizados no sistema mais geral, depois de devidamente peneirados pelas leituras críticas que lhes expõem os alinhavos ideológicos da época em que foram produzidos e que estariam camuflados ou seriam mesmo da ordem do inconsciente do texto. O que Said fez toda a vida com os livros que amava (de Conrad ou Camus, por exemplo), desvelando-lhe *as fraquezas históricas, as partes gagas ou cegas da ideologia de sua época* que não deixavam de reflectir.

Mas ao mesmo tempo, Said reclamava que *todos* os clássicos da literatura nos dizem respeito. Todos os clássicos, universais, e não apenas os *nossos*. Semelhantemente, lembremo-nos que Calvino sublinhava como as leituras de juventude,

podem ser formativas no sentido de que dão uma forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza: todas, coisas que continuam a valer, mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro lido na

juventude. Relendo o livro na idade madura, acontece reencontrar aquelas constantes que já fazem parte de nossos mecanismos interiores e cuja origem havíamos esquecido. Existe uma força particular da obra que consegue fazer-se esquecer enquanto tal, mas que deixa sua semente. [...] Por isso, deveria existir um tempo na vida adulta dedicado a visitar as leituras mais importantes da juventude. Se os livros permaneceram os mesmos (mas também eles mudam, à luz de uma perspectiva histórica diferente), nós com certeza mudamos, e o encontro é um acontecimento totalmente novo. (Calvino, 2006, p. 9)

Por exemplo, o clássico *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, pode ser uma extraordinária fonte para a introdução ao que seja *um ponto de vista*. Não conheço, na literatura moçambicana, que é recente e conta com um acervo ainda diminuto de obras, livro que se lhe compare para fazer o jovem perceber como o nosso olhar sobre nós é configurado pelo olhar dos outros. Swift destapa nas experiências de Gulliver o mecanismo das percepções do humano e mostra-nos que estamos sempre num contexto prévio, de uma pauta referencial que nos inteligibiliza ou mede o mundo em que somos, escalpelizando as virtudes e os limites disso.⁶

Quanto à releitura de obras, posso contar o assombro que recentemente me tomou ao reler um conto de Gabriel García Márquez que não me ocupava as retinas desde os meus vinte anos; esse meu “encontro” com o *inconsciente do texto* activou na minha pauta de conjecturas uma inteligibilidade absolutamente nova para a narrativa.

A leitura funciona como o *inconsciente da cena* no teatro, é algo que depende da massa e da qualidade dos receptores. O inconsciente do texto, de que coube ao escritor montar os andaimes, pode estar em sincronia com as latências ou com o que está prestes a manifestar-se na sensibilidade social, ou, pode ocorrer, ter sido socialmente prematuro.

O inconsciente do texto, esclarece-nos Jean-Bellemin Noël (2002),⁷ é o trabalho de inconsciente do leitor face a um texto manifesto, velando ou às vezes sublinhando em contraponto o que seria o inconsciente do autor no momento da

⁶ Consulte-se, quanto a esse aspecto, a magnífica série de artigos que o escritor Paulo José Miranda dedicou às *Viagens de Gulliver*, no jornal *Hoje Macau*:

<<https://hojemacau.com.mo/2021/07/06/as-viagens-de-gulliver-primeira-parte/>>, bem como o delicioso artigo de George Orwell, no volume *Dentro da Baleia e outros ensaios*, 2009, ou os dois ensaios que Edward Said dedica a Jonathan Swift, em *The World, the Text and the Critic*, de 1983.

⁷ Para esses aspectos e a contribuição de Jean Bellemin-Noël para eles, ver o artigo de Philippe Willemart, [Inconsciente do texto, inconsciente genético e inconsciente estético: nova proposta de leitura a partir da psicanálise](#) (24 de maio de 2002). Consultado em 05/07/2022.

criação. O autor está numa margem do rio, e o leitor delinea a outra margem e, como sabemos, os rios são um feixe de leitões desencontrados.

É o que faz a riqueza polissêmica da literatura.

Na sua função oracular, cabe ao autor apontar, o leitor é quem interpreta. Aliás, esclareça-se, é a época quem fabrica o inconsciente da obra, ao autor coube o parto; às condições de recepção (do leitor) ajusta-se a luminocência que permite ver o rosto do recém-nascido.

Quantas vezes se queda a narrativa como um corpo inanimado e anónimo, até ao momento do “reencontro”. Aí pode transformar-se, por exemplo, em Esteban, *o naufrago mais formoso do mundo*, aquele que foi “desaguar” naquela costa de pescadores, no conto de Gabriel García Márquez. Esteban, ao ser avistado, é ainda uma massa informe:

As primeiras crianças que viram o promontório obscuro e sigiloso que se aproximava pelo mar tiveram a ilusão de que era um barco inimigo. Depois viram que não levava bandeiras nem mastreação e pensaram que fosse uma baleia. Mas, quando ficou varado na praia, tiraram-lhe os matagais de sargaços, os filamentos de medusas e os restos de cardumes e naufrágios que trazia em cima, e só então descobriram que era um afogado.

Tinha o cheiro do mar e só a forma permitia supor que era o cadáver de um ser humano, porque a sua pele estava revestida de uma couraça de rémora e de lodo. (García Márquez, 2010, p. 27)

Lembremos, entretanto, que a descrição que Platão faz de Glauco, em *A República*, não anda longe:

Quem o vir não reconhecerá facilmente a sua natureza primitiva, devido ao fato de, das partes antigas do seu corpo, umas se terem quebrado, outras estarem gastas, e todas deterioradas pelas ondas, ao passo que outras se sobrepuseram nelas – conchas, algas ou seixos –, de tal modo que se assemelha mais a qualquer animal do que ao seu antigo aspecto natural. (Platão, s/d, p. 611)

Porém, esse Glauco carregava o fardo de ser uma divindade portadora da desventura. Como fora um pescador que se havia metamorfoseado num deus, desenvolve com os pescadores uma relação permeada de ambivalência, da mesma forma que a sua aparência é “um pouco” informe. Motivo por que é preciso honrá-lo *para afastá-lo*. Se às demais divindades marinhas, por bravias que fossem, honravam-se para que as águas se acalmassem, Glauco é a tormenta em epítome. Pagam-se-lhe tributos para que se afaste para longe, mais aos seus oráculos e

lamentações funestas. Quando, uma vez por ano, Glauco fazia “à cabotagem” a sua visita às ilhas, os pescadores, temerosos, agachavam-se ao fundo dos barcos, em preces e sacrifícios, e recusavam vê-lo e ser vistos.

O conto de García Márquez é construído como o inverso simétrico de Glauco.

A fisionomia do seu personagem, que às primeiras impressões se apresenta informe, depois de limpo afigura-se semelhante a todos os aldeões, mas em modo superlativo:

Mas só quando acabaram de o limpar tiveram consciência da espécie de homem que era, e então ficaram sem alento. Não somente era o mais alto, o mais forte, o mais viril e o melhor armado que jamais tinham visto, como ainda, apesar de o estarem a ver, não lhes cabia na imaginação. (García Márquez, 2010, p. 27)

e rapidamente aquele náufrago se converte não apenas num protótipo de modelo físico, como no mais esplêndido exemplo moral:

o afogado se lhes ia tornando cada vez mais Esteban, até que o choraram tanto que foi o homem mais desamparado da Terra, o mais manso e o mais diligente, o pobre Esteban. De tal maneira que, quando os homens voltaram com a notícia de que o afogado também não era das povoações vizinhas, elas sentiram um espaço de júbilo, entre as lágrimas.

– Bendito seja Deus! – suspiraram. – É nosso! (idem, p. 29)

O que é que aquele náufrago suscita, ao fim e ao cabo? Uma celebração, um suplemento de vida, a fundação de um númen que, medularmente, sob o olhar do leitor, acrescenta sentido à vida daquela comunidade. E não age apenas sobre o passado, como exerce igualmente uma influência sobre o futuro, tal qual se enuncia durante o acto de devolução do corpo ao mar:

Largaram-no sem âncora, para que voltasse, se quisesse e quando o quisesse, e todos retiveram a respiração durante a fracção de séculos que demorou a queda do corpo até ao abismo. Não tiveram necessidade de olhar-se uns aos outros para se aperceberem de que já não estavam completos, nem voltariam a está-lo jamais. Mas também sabiam que tudo seria diferente a partir desse momento, que as suas casas iam ter as portas mais largas, os tectos mais altos, os pavimentos mais firmes, para que a recordação de Esteban pudesse andar por todos os lados sem tropeçar com as traves (idem, p. 30)

Qualquer manual de mitologia torna explícito que o mar era o lugar da ambivalência por excelência. Palco para conquistas e fonte de alimento, situava-se igualmente como um meio desconhecido, perigoso. Tudo podia acontecer no seu

seio e simultaneamente: vitórias e derrotas, o júbilo e a tragédia. Natural que as divindades que lhe estavam associadas “padecessem” de uma natureza tão ambivalente quanto ele. O advento de Esteban concretiza (ao arrepio da ambivalência que mergulhava a comunidade numa atmosfera de irredenta trivialização) uma ucronia, funcionando, assim, como um acto fundador, um rito de passagem colectivo, ao ponto de todos os habitantes da aldeia mudarem os seus nomes para se tornarem parentes do naufrago.

A ambivalência do mar é idêntica à da página em branco, que, só pelo olhar que a sulca, ganha um itinerário e um sentido. Também a leitura instala a ucronia, sendo um rito de passagem a um outro estágio, que, no caso de Esteban, gerou-se no poder purificador da água ressignificado pelos olhares femininos que desenredaram o seu corpo das excrescências marítimas, fundando um herói, um modelo (semelhantemente a Glauco, que, segundo Ovídio, para perder a sua parcela de humano, teve de se lavar em *cem águas correntes*.)

Como não ver neste conto extraordinário de Gabriel García Márquez uma das mais eficazes parábolas sobre as virtualidades da leitura de que a literatura foi capaz, sendo provavelmente o mais belo testemunho de uma transição da cultura oral para o legado do livro?

E por que é que afinal é tão urgente ler? Porque a leitura nos traz a evidência de que, ao contrário das aparências que o universo da informação promove e sustenta, a vida não é cognoscível externamente, à distância, supõe a demanda de um esforço individual e a experiência de um comprometimento pessoal, inalienável e intransferível.

O advento daquele naufrago – o advento da *leitura* que nele se origina – torna-se, assim, um acto fundacional. Entre outros motivos, que lhe galvanizam a função, porque a leitura rompe a insularidade do eu – situando-se a acção do conto no Mar das Caraíbas, não pode ocorrer numa ilha? – e os dilaceramentos que dela resultam.

O teor da transferência que qualquer bom livro opera e que nos faz redescobrir as emoções com uma transparência universal é a descoberta de um instante fundacional e essa experiência é indelegável. Essa experiência que nos perturba e transforma, como poucas outras, acorda uma fulguração momentânea que só se vê repetida quando frequentamos outras obras com a mesma consistência – é inútil voltar atrás na autopista do autoconhecimento.

A leveza, a dança, como na harmonia da espiral, só dimanam da riqueza rítmica com que uma gradual densidade de sentidos irriga a beleza que se desvela nos nossos passos, uma outra lição que nos chega com a leitura; o que confere à literatura um papel de resguardo, de valor estético em que se entroniza o essencial da sua reserva moral: o nascimento de novas metáforas que sublinham o reforço de uma significação para a vida e a sua intrínseca postura moral.

3

Edward Said gostava de se definir como um ser marginal e atreito a uma completa ausência de centro, declarando que se sentia como “um feixe de correntezas fluidas”: “Prefiro isso à ideia de um eu sólido, à identidade à qual atribuem tanto significado; [...] os seres humanos não são recipientes fechados, mas instrumentos pelos quais outras coisas fluem” (Said, 2013, p. 44).

Esta é outra lição de vida que Edward Said nos legou. O aprendizado do piano (e recordemo-nos que Said, em determinada fase da sua vida, até ambicionou ser concertista) é uma espécie de milagre da multiplicação dos dedos, e nele inferiu Said que a perspectiva de ser-se plural é mais motivadora do que o receio atávico ao desconhecido. Said havia de rever-se com agrado neste retrato que Alain Finkielkraut desenhou, na sua brilhante conversa com Peter Sloterdijk:

O homem que não contente de ser gascão por seu pai, antilhês pela sua infância, francês pelo passaporte e judeu pela sua mãe, escuta numa aparelhagem de hi-fi japonesa, num apartamento nova-iorquino, emprestado pelos seus amigos venezuelanos, uma cantora albanesa interpretar Puccini ou Mahler, esse homem constitui para si mesmo um perpétuo sujeito de maravilha. O que é que ele vê quando olha para o umbigo? Toda a diversidade do mundo. [...] por que esta obstinação de querer ser de um povo agora que se tem a ocasião de desaparecer numa mestiçagem cultural absoluta? (Sloterdijk, 2003, p. 49)

O que não invalidava, evidentemente, que Said fosse fiel à sua memória e causas, como o foi à Palestina. Essa contradição dava-lhe grandeza, e uma capacidade para *pensar contra si mesmo* que lhe emprestava ductilidade e a capacidade de sobrevoar as modas epocais do pensamento com uma leveza extraterritorial.

Por outro lado, chegava-lhe, com certeza, essa capacidade do que também lhe ensinara o exílio, essa “solidão vivida fora do grupo” (Said, 2009, p. 32), que, não

obstante, pode ser experimentada “como *uma alternativa* às instituições de massa que dominam a vida moderna” (idem, 2009, p. 37); modulando-se nessa vivência as virtudes de “uma subjectividade escrupulosa (não complacente ou intratável)” (ibidem). Daí que uma eventual perda de raízes seja compensada, no entender de Said, pela aquisição de algumas novas dimensões existenciais, como a de uma mais rápida absorção sintética de vários pontos de vista simultâneos, agilidade que tece uma “compreensão contrapontística” (ibidem, p. 39); conceito que Said colheu na música para o moldar ao campo da comunicação interculturais.

O reflexo ético dessa atitude resume-se esplendidamente no lema de Adorno, citado por Said: “Faz parte da moralidade não se sentir em casa própria”, o que leva a uma nova e terrível (para a maioria) mas libertadora constatação: “O exilado sabe que, num mundo secular e contingente, as pátrias são sempre provisórias” (ibidem, p. 38).

Podemos entrever aqui uma nova substância ética para a posição do intelectual: um exilado-por-vir, o que demanda coragem e a fuga a qualquer escolástica dogmática.

Hoje, neste novo limiar de um conflito mundial assumido, os *media* que nos dão a guerra em directo arrancaram-nos as pálpebras. Estamos reféns da presença ininterrupta quer do olhar dos outros sobre nós (as redes sociais), quer dos dispositivos de comunicação que nos “informam” até à cegueira total. Porque somos agredidos por uma informação que se tornou ubíqua, à exacta velocidade com que perdemos os filtros e nos é vedado situarmo-nos num espaço intervalar, que nos isole para decidir o que fazer com as nossas latências e para reflectir com um mínimo de recuo e diferimento sobre o vivido.

A informação emparedou-nos, e a sua ubiquidade dificulta a reflexão, fomos transformados em peixes – seres sem pálpebras. Como se lastimava Garcin, em *Huis Clos*, de Sartre: “Sem pálpebras, sem sono, é a mesma coisa”. O pior dessa situação é que nos impede de sonhar, reféns do encadeamento da “informação”: eis-nos desconectados de qualquer plausível ponderação do tempo, prisioneiros de um ritmo que impossibilita a relação saudável entre o tempo e a transformação.

Que papel podem hoje cumprir os intelectuais? Os intelectuais estão *órfãos do tempo* e só lhes resta, face ao assédio sem escrúpulo dos *media* (e antes de ficarem congelados pela ideologia), considerar de antemão que também as pátrias ideológicas se volveram contingentes e provisórias.

Isso nos leva ao atrevimento da seguinte pergunta: que posição tomaria hoje Edward Said em relação a essa guerra movida pela Rússia contra as potências do Ocidente, tendo como pretexto a Ucrânia?

Creio que encontramos a resposta no texto *O papel público dos escritores e intelectuais* e nesta oração: “A paz não pode existir sem a igualdade; esse é um valor intelectual que precisa desesperadamente de reiteração, demonstração e reforço.” (Said, 2004, p. 142). Onde há desequilíbrio de forças não há paz.

É, parece-me, bastante explícito, mas caberia aqui, agora, como num teste americano, os quadradinhos para os senhores escritores, académicos e intelectuais colocarem a sua cruzinha.

Referências bibliográficas

- Calvino, I. (2009). *Por que ler os clássicos*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Carrière, J.C. (1994). *The secret language of film*. New York: Random House.
- Craveirinha, J. (1999). *Contacto e outras crónicas*. Maputo: Instituto Camões.
- Finkelkraut, A. & Sloterdijk, P. (2003). *Les battements du monde*. Paris: Pauvert.
- García Márquez, G. (2010). *O naufrago mais formoso do mundo. A Incrível e Triste História da Cândida Eréndira e da sua Avó Desalmada*. Lisboa: Dom Quixote.
- Jouffroy, A. (1995). *Manifeste de la poésie vécue. Avec photographies et arme invisible*. Paris: Gallimard.
- Miranda, P. J. (2021). [As Viagens de Gulliver - primeira parte](#) [artigo]. Em *Hoje Macau*.
- Orwell, G. (2009). *Dentro da Baleia e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- [Plano Nacional de Acção de Leitura e Escrita](#) (PNALE) (2017). República de Moçambique - Maputo: Ministério da educação.
- Platão (s/d). *A República*. Lisboa: Gulbenkian.
- Said, E. (1983). *The World, the Text and the Critic*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Said, E. (2004). *Humanism and Democratic Criticism*. New York: Columbia University Press.
- Said, E. (2009). *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Said, E. (2009). *A política do conhecimento*. Em *Reflexões sobre o Exílio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Said, E. (2010). *Musica al limite*. Barcelona: Debate/Penguin Random House.

Said, E. (2013). *A pena e a espada. Diálogos com Edward W. Said*, por David Barsamian. São Paulo: Editora Unesp.

Said, E. (2014). *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sloterdijk, P. (2008). *Palácio de cristal*. Lisboa: Relógio de Água.

Willemart, P. (2002). *Inconsciente do texto, inconsciente genético e inconsciente estético: nova proposta de leitura a partir da psicanálise*. Laboratório do Manuscrito Literário, Departamento de Letras Modernas, FFLCH, Universidade de São Paulo, 24 de maio de 2002.